

A) 2.

h

Moção

A recente decisão da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos com a aprovação da licença (TUPEM - Título de Utilização Privativa de Espaço Marítimo) que permite que seja localizado um dos dois aterros na zona da Restinga, no âmbito da execução do projeto de melhoria da acessibilidade marítima ao Porto de Setúbal representa um enorme e desnecessário risco para a pesca em Setúbal.

Este aterro a concretizar-se coloca em causa a atividade piscatória pela suspensão de partículas na coluna da água, como alerta a comunicação Câmara Municipal de Setúbal em resposta à consulta pública. As associações e cooperativas de pesca são unânimes sobre os danos devastadores que a localização deste aterro provocará.

Esta situação é especialmente grave porque nenhuma associação de pesca foi consultada no período de consulta pública (ao contrário de muitas outras entidades).

Esta omissão na consulta a sector tão importante como a pesca permitiu que o projeto de melhoria da acessibilidade marítima ao Porto de Setúbal avançasse sem que se percebesse a dimensão do dano que causará na pesca em Setúbal.

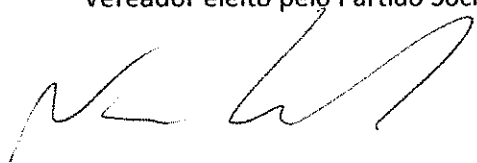
É evidente que qualquer dano no sector da pesca terá efeitos em outros sectores como o comércio, restauração e indústria e a dimensão económica desses efeitos também não está equacionada.

Este erro de projeto na localização de um dos dois aterros previstos (aterro na zona da Restinga) deverá ser corrigido, porque não se trata de considerar se esta obra é boa ou má para a região, trata-se não permitir uma má execução que nem os defensores do projeto de melhoria da acessibilidade marítima ao Porto de Setúbal poderão concordar.

É por essa razão que deverão ser acauteladas as preocupações expostas pelas associações e cooperativas de pesca alterando o local do aterro na zona da Restinga. Caso esta alteração comprometa o prazo para execução desta obra e consequentemente coloque em risco a atribuição de fundos comunitários essa será um risco que, caso exista, deve ser transmitido pelo Governo. Contudo nenhum erro de projeto poderá ser suportado com prejuízo direto e sem compensação para qualquer outra atividade ou sector económico especialmente a pesca.

APRESENTADA por:

Vereador eleito pelo Partido Social Democrata



Nuno Carvalho